



## Eunício garante prioridade a Sistema Único de Segurança

Projeto que integra polícias deve ser votado quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça e seguirá para o Plenário com rapidez, afirmou o presidente do Senado

O projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social deverá ser aprovado com celeridade pelo Senado, avaliou o presidente da Casa, Eunício Oliveira. Ele informou que a Comissão de Constituição e Justiça pode votar a proposta já na próxima semana. A apresentação do relatório, de Antonio Anastasia, está prevista para quarta-feira. Eunício ressaltou, no entanto, que o tema, por sua importância e complexidade, precisa ser debatido pelos senadores.

De autoria do governo, a proposta integra diversos órgãos de segurança, como as polícias federal, civil, militar e rodoviária, IMLs e unidades prisionais. A coordenação do sistema ficará a cargo do Ministério da Segurança Pública. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício diz que proposta terá prioridade de votação, mas que o tema exige debate dos senadores: "Unificar os sistemas de segurança não é algo fácil"



Hélio José (C) coordena audiência pública que discutiu problemas de cooperativas de enfermagem em home care

### Enfermeiros podem ganhar regras para home care

O senador Hélio José anunciou ontem, em audiência pública, que deve apresentar um projeto de lei para regulamentar as atividades de enfermeiros e técnicos da área que trabalham em cooperativas ou em sistema

de atendimento em casa, o *home care*. Os debatedores apontaram problemas das cooperativas, como falta de piso salarial e de carga horária e cooperativas falsas, que não dão direitos aos trabalhadores. **4**

### Sete comissões definem políticas públicas a serem avaliadas em 2018

A Comissão de Assuntos Econômicos vai analisar este ano as ações do Executivo na área de segurança pública e seus impactos na economia. Outras seis comissões também definiram as políticas públicas a serem fiscalizadas. A Comissão de Assuntos Sociais vai avaliar a contratação de hospitais filantrópicos. **3**

### Presidente do Senado defende fim do foro não só para parlamentar

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o fim do foro privilegiado deveria valer para todas as autoridades, e não apenas para senadores e deputados, como decidiu o Supremo Tribunal Federal. Eunício falou com os jornalistas antes da retomada do julgamento do STF que definiu a questão. **2**

### Diretores destacam agilidade e confiabilidade da taquigrafia

No Dia do Taquígrafo, comemorado ontem, o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, e a diretora da Secretaria de Registro e Redação Parla-

mentar, Quésia Cunha, destacaram a confiabilidade e a celeridade do processo no Senado. Para eles, a taquigrafia dá mais transparência às atividades da Casa. **2**



Registro em Plenário é feito presencialmente e conferido com o áudio

### Brasil precisa melhorar eficiência energética, dizem debatedores

Para participantes da audiência pública da Comissão Senado do Futuro, o país precisa trabalhar com metas ambiciosas de eficiência energética. Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Conservação de Energia, Alexandre Sedlacek disse que países que tiveram políticas de eficiência energética, como o Japão, conseguiram reduzir

custos e desperdícios.

O senador Hélio José, que presidiu o debate, informou que o Brasil produz apenas um gigawatt de energia a partir de fontes eólicas e fotovoltaicas. Segundo ele, a China produz 100 gigawatts. O senador acredita que o Brasil precisa melhorar a sua eficiência em produção, distribuição e consumo de energia elétrica. **4**

Prorrogada MP de regularização tributária **3**

Procuradores e juizes pedem apoio a projetos **2**



Hoje o Jornal do Senado completa 23 anos de publicação da primeira edição

# Diretores da Casa apontam a qualidade da taquigrafia

No Dia do Taquígrafo, celebrado ontem, diretores do Senado destacaram a confiabilidade e a celeridade do serviço e sua importância para garantir a transparência dos trabalhos legislativos

ONTEM CELEBROU-SE O Dia do Taquígrafo. Técnica de escrita rápida e abreviada, a taquigrafia permite o registro de tudo o que se fala praticamente em tempo real. O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, e a diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar (Taquigrafia), Quésia Cunha, destacaram a confiabilidade e a celeridade do processo. O trabalho ajuda a garantir transparência às atividades do Senado, disseram.

— É um trabalho que permite a indexação e a busca direta no conteúdo, o que não acontece com o vídeo e o áudio — afirmou Bandeira.

Para Bandeira, a taquigrafia é essencial para qualquer parlamento.

— É o recurso mais viável, o mais rico, que serve como instrumento para identificar o presente e o futuro, pois a taquigrafia evoluiu para a degravação automatizada — avaliou.

A equipe no Senado é com-



Serviço de Taquigrafia faz registro presencial das atividades do Plenário

posta por 26 taquígrafos e 24 revisores. Segundo Quésia, o taquígrafo é responsável não apenas pelo registro taquigráfico, mas também pela pesquisa, revisão, redação e adequação às normas legislativas.

O coordenador de redação e montagem da Taquigrafia, Marcelo Muniz, explica que em cerca de 40 minutos qualquer pessoa pode ler no site do Senado os pronunciamentos e debates realizados.

O registro em Plenário é feito

presencialmente, conferido com o áudio e disponibilizado no Portal do Senado. Depois é revisado para publicação. Nas comissões, é feita a degravação e a revisão do áudio.

— Somos uma das taquigrafias mais rápidas do mundo — afirma Quésia.

**Vídeo sobre como funciona**  
bit.ly/taquigrafiaSenado

**Notas taquigráficas do Senado**  
Plenário: bit.ly/notasPlenario  
Comissões: bit.ly/notasComissoes

## Para Ana Amélia, imprensa livre é pilar da democracia

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que a garantia e o exercício da liberdade de expressão são uma conquista da civilização e um pilar das sociedades que prezam o estado democrático de direito. Ela lembrou o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado em 3 de maio por decisão da Organização das Nações Unidas (ONU).

A senadora disse que o exercício do jornalismo profissional passa por grandes desafios no país neste ano. Um dos maiores, disse ela, será o enfrentamento à disseminação das *fake news* durante o processo eleitoral.



Geraciolo Magaloz/Agência Senado

## Medeiros cobra recursos para duplicar a BR-163

José Medeiros (Pode-MT) pediu ontem que o governo e o BNDES liberem recursos para a duplicação da BR-163. A obra não foi iniciada porque a empresa era um braço da Odebrecht, implicada na Lava Jato.

— Votamos ontem [quarta-feira] um aporte de recursos para cobrir empréstimo feito à Venezuela, que acabou dando o calote. Estou fazendo esse link só para que os mato-grossenses saibam que foi mandado mais de R\$ 1 bilhão para a Venezuela. Se esse bilhão tivesse ido para Mato Grosso, a rodovia já estaria duplicada.



Geraciolo Magaloz/Agência Senado

## Requião defende fim de privilégio de foro para todos

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem o fim do foro privilegiado para todos os agentes públicos, incluindo políticos e juízes. Ele concordou com a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) de restringir a prerrogativa, mas criticou a possibilidade de juízes e promotores ficarem de fora da decisão.

— Sou tranquilo para falar disso porque há muitos anos afirmo que agente público não deveria ter foro e sequer sigilo fiscal. Sua vida econômica devia estar aberta para a fiscalização. Sempre fui contra o foro.



Geraciolo Magaloz/Agência Senado

## Fim do foro deveria valer para todos, afirma Eunício Oliveira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem o fim do foro privilegiado para todas as autoridades que têm direito ao benefício. O senador falou com os jornalistas antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, que restringiu o foro para deputados e senadores, em processos sobre crimes ocorridos durante o mandato.

Eunício lembrou que o Senado aprovou e enviou para a Câmara, em maio do ano passado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que extingue o foro privilegiado.

— Sou a favor da extinção completa e absoluta para os mais de 50 mil que têm o foro por prerrogativa de

função. Não só apenas para deputados e senadores. Se dependesse de mim, ninguém teria foro.

A PEC aprovada pelo Senado acaba com o foro para parlamentares, ministros de Estado e de tribunais superiores, governadores, desembargadores, embaixadores, comandantes militares, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos Conselhos de Justiça e do Ministério Público. As únicas exceções são os chefes dos Três Poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o vice-presidente da República.

## Associações de procuradores e juízes pedem apoio a projetos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu o diálogo entre os Poderes ao receber José Robalinho Cavalcanti e Victor Hugo de Azevedo Neto, presidentes das Associações Nacionais dos Procuradores da República (ANPR) e dos Membros do Ministério Público (Conamp), e outros representantes de associações de magistrados e de integrantes do MP.

Eles pediram a votação de projetos de seu interesse que tramitam no Senado Federal e ainda falaram sobre

a distribuição de recursos orçamentários e a Emenda Constitucional 95, que instituiu teto para os gastos públicos.

— Ele [Eunício Oliveira] nos deu uma série de orientações que nós vamos levar à frente, muito importantes, mas, fundamentalmente, conversar com os líderes, conversar com os presidentes das comissões onde estão os projetos que são de interesse da magistratura — disse o presidente da ANPR.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão não deliberativa para discursos de senadores.

### SESSÃO ESPECIAL Líder comunitário

10h Sessão especial para comemorar o Dia Nacional do Líder Comunitário.

### COMISSÃO SENADO DO FUTURO Universidade de Brasília

14h30 Audiência pública sobre o futuro da Universidade de Brasília.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira

**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima

**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza

**Primeiro-secretário:** José Pimentel

**Segundo-secretário:** Gladson Cameli

**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares

**Quarto-secretário:** Zeze Perrella

**Suplentes de secretário:**

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão

**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria

**Coordenador-geral:** Sílvio Burtle

**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Sistema Único de Segurança terá prioridade

Projeto que integra polícias e demais órgãos do setor deve ser votado na CCJ na próxima semana e em seguida irá ao Plenário, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira

HÁ PERSPECTIVA DE aprovação rápida pelo Senado do projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social depois de um debate consistente. O PLC 19/2018 é relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que deve apresentar o relatório na quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), informou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Se não houver pedido de vista, trago imediatamente para o Plenário. Então, na outra semana estaremos aprovando no Senado. Vamos apressar o máximo possível, mas tem que haver um mínimo de debate em relação a uma matéria importante como essa. Unificar os sistemas de segurança não é algo fácil — explicou Eunício.

De autoria do Poder Executivo, a proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma do substitutivo do relator, deputado federal Alberto



Eunício diz que, se não houver pedido de vista, projeto irá ao Plenário imediatamente, após passar por comissão

Fraga (DEM-DF). O projeto institui o Susp e cria a política nacional, “com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos

estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade”.

## Integração

Na prática, o objetivo da proposta é a integração dos diversos órgãos de segurança como as polícias federal, civil, militar, rodoviária, ferroviária,

bombeiros, guardas portuárias, institutos de medicina legal e órgãos do sistema penitenciário. A coordenação do Susp ficará a cargo do Ministério Extraordinário de Segurança Pública.

A União deverá estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Os estados, os municípios e o Distrito Federal deverão estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes nacionais.

De acordo com o texto aprovado pelos deputados, as estratégias da Política Nacional de Segurança Pública deverão garantir integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional e modernização da gestão das instituições de segurança pública. A política também prevê valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública.

O projeto determina ainda que será considerada de natureza policial a atividade exercida pelos agentes penitenciários.

## Sete comissões definem temas das políticas públicas que serão avaliadas este ano

Sete das 13 comissões permanentes do Senado já definiram as políticas públicas a serem avaliadas em 2018. Entre elas, está a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que vai se concentrar na segurança pública, tema prioritário para a Casa em 2018.

Já aprovado pela CAE, o tema foi proposto por seu presidente, Tasso Jereissati (PSDB-CE): a questão orçamentária e reflexos econômicos da crise da segurança pública. No requerimento em que sugeriu o tema, o senador ressaltou que o Brasil vive uma grave crise na segurança pública, que culminou com a recente intervenção federal no Rio de Janeiro.

A intenção do senador é avaliar as ações do Executivo na segurança pública e os impactos na economia.

— Não resta dúvida que a segurança pública tem sérios reflexos na economia, como

a redução de atratividade de investimentos internos e externos, diminuição da capacidade de investimento público em outros setores devido ao volume demandado pelo combate à criminalidade, gastos com saúde pública para atender os atingidos pela violência — explicou Tasso, responsável pelo relatório.

Outro aspecto que deve ser considerado é a baixa execução de verbas orçamentárias no setor, alvo de frequentes contingenciamentos, além da desproporcionalidade na distribuição de recursos entre União, estados e municípios.

## Saúde

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o tema escolhido foi a Política de Atenção Hospitalar e a contratação de hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS). A intenção de Marta Suplicy (PMDB-SP), presidente da co-

missão, é estudar em detalhes a situação das santas casas e dos hospitais filantrópicos, que recebem isenções fiscais.

O relator será Dalírio Beber (PSDB-SC), que já foi responsável por relatar um projeto aprovado em março sobre o tema.

O PLC 187/2017 simplifica as regras para a obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). Esse certificado é necessário para que as entidades possam prestar serviços ao SUS.

## Agricultura

O Programa Garantia Safra, que garante renda para agricultores de áreas atingidas por seca ou enchentes, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra produtos da agricultura familiar, serão as políticas avaliadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A rela-

tora será Ana Amélia (PP-RS).

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o tema é a atuação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades e outras instituições. O responsável pela avaliação será Waldemir Moka (PMDB-MS).

## Barragens

Outros temas já definidos são a Política Nacional de Segurança de Barragens, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); o aproveitamento do potencial das vias navegáveis interiores que compõem o Subsistema Aquaviário Federal, pela Comissão de Infraestrutura (CI); e a erradicação do trabalho escravo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A avaliação de políticas públicas no Senado é resultado de uma resolução aprovada em 2013 para fortalecer o papel fiscalizador da Casa. De acordo com a norma, cada comissão permanente do Senado deve eleger uma política pública por ano para avaliação.

A análise se estende aos impactos das propostas e às atividades de suporte para a sua execução, com a solicitação de informações e documentos a órgãos do Poder Executivo, Tribunal de Contas da União (TCU) e entidades da sociedade.

Ao final da sessão legislativa, a comissão apresenta relatório com as conclusões da avaliação.

A Consultoria Legislativa e a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaboram estudos e relatórios técnicos que subsidiam os trabalhos de avaliação.

## Prorrogada vigência de MP que prolongou prazo para regularização tributária

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, prorrogou por 60 dias a vigência da medida provisória que estendeu até 31 de outubro do ano passado o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), a MP 804/2017, publicada em setembro.

Podem aderir ao Pert pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive

as que se encontrarem em recuperação judicial.

Durante o período de sua vigência, a MP 804 foi revogada pela MP 807/2017, que prorrogou pela terceira vez, até 14 de novembro de 2017, o prazo de adesão à regularização tributária.

Como a MP 807 acabou não sendo apreciada pelo Congresso no prazo constitucional, a MP 804 voltou a tramitar em

9 de abril na comissão mista criada para sua análise, com um prazo residual de 32 dias para ser analisada.

## Crédito extraordinário

Também a MP 823/2018 teve sua vigência prorrogada por mais 60 dias. A medida abriu crédito extraordinário de R\$ 190 milhões para que as Forças Armadas desenvolvam ações emergenciais de atendimento

a refugiados venezuelanos.

De acordo com dados da Polícia Federal, em 2017 mais de 70,7 mil venezuelanos entraram no país por Pacaraima, em Roraima. O intenso fluxo migratório provocado pela crise no país vizinho sobrecarregou os serviços públicos de saúde, assistência social e de segurança, criando uma situação de calamidade pública.

A edição de medidas pro-

visórias é regida pelo artigo 62 da Constituição. As MPs devem ser convertidas em lei, ou seja, votadas na Câmara e no Senado em até 120 dias. O prazo começa a contar no dia da edição e é suspenso nos períodos de recesso parlamentar. Quando a votação não ocorre, o Congresso deve disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes das medidas.



Hélio José (3º à dir.) preside debate sobre regulamentação de atividade de enfermagem em cuidado domiciliar

## Projeto deve criar regras para trabalho em *home care*

Em audiência, debatedores disseram que falta de regulamentação prejudica trabalhadores, que não têm piso salarial nem carga horária definidos. Para resolver problema, Hélio José deve apresentar projeto

AS ATIVIDADES DOS auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em cooperativas e no sistema *home care* (cuidado domiciliar) podem ser regulamentadas. Projeto de lei com esse objetivo será apresentado pelo senador Hélio José (Pros-DF). Ele anunciou a iniciativa durante audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

No debate, foram discutidos problemas na organização dessas cooperativas, como irregularidades na contratação dos profissionais que prestam serviços domiciliares. Jornadas semanais de mais de 70 horas, remunerações baixas e plantões sucessivos são outros problemas apontados.

— Estamos buscando qualidade de vida para o profissional e para as pessoas que estão sob seus cuidados. Não temos piso salarial nem carga horária definidos por lei. Custos com *home care* são menores do que os custos hospitalares, mas isso não significa que devemos ter baixos salários. Receber R\$ 70 por um plantão é uma vergonha — criticou José Gilmar de Souza Júnior, do Conselho

Federal de Enfermagem.

Debatedores também relataram ser comum a existência de “cooperatas”, falsas cooperativas que funcionam como as empresas. Segundo o presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem, Jorge Vianna, essas empresas fazem a intermediação de mão de obra e ficam com o lucro:

— Existem cooperativas que são empresas e tratam os trabalhadores como empregados, mas não dão os direitos aos trabalhadores. São empresários travestidos de cooperativa.

### Legislação

Segundo Jorge Vianna, a regulamentação da atividade trará tranquilidade para cooperados e pacientes. Ele ressaltou que a Lei 12.690/2012, que trata do funcionamento das cooperativas de trabalho, não inclui as cooperativas de assistência à saúde.

Carla de Souza, da Organização das Cooperativas Brasileiras, admitiu que podem existir cooperativas que estão descumprindo a lei, mas registrou que a adesão a elas é voluntária. Ela pediu que

os cooperados denunciem irregularidades como a falta de participação na tomada de decisões ou distorções na distribuição dos recursos:

— Em nada nos interessa relatos de cooperativas que não estão fornecendo condições de trabalho — disse.

A diretora de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde, Ana Paula Schiavone, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, e Luis Carlos Barbosa, garantiram apoio à regulamentação:

— Assim como o Ministério da Saúde, seremos parceiros para buscarmos uma solução e um entendimento que resolva o problema — disse Barbosa.

Segundo Hélio José, todos que participaram da audiência poderão contribuir com sugestões para o novo marco legal. Ele informou que organizará um grupo de trabalho para preparar o texto:

— Daqui pode sair uma proposição importante para regulamentar essa aflição de quem hoje está nessa situação fragilizada de trabalho em *home care* — disse o senador.

### Paulo Rocha diz que reforma trabalhista reduziu salários

O trabalhador brasileiro não teve o que comemorar no 1º de Maio, segundo Paulo Rocha (PT-PA). Ele criticou a reforma trabalhista, que, disse, gerou desemprego e redução de salários.

O senador condenou pontos, como a possibilidade de que gestantes atuem em locais insalubres e a previsão de multa para trabalhadores que faltem a audiências na Justiça do Trabalho.

— A classe trabalhadora foi exposta a mais uma série de desmontes de direitos conquistados com suor e sangue.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Regina Sousa lamenta crescimento do desemprego no país

O desemprego em ascensão, como registram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada pelo IBGE no fim de abril, mostra que o governo não tem embasamento para dizer que o país está melhorando, afirmou Regina Sousa (PT-PI).

A senadora apontou a piora no mercado de trabalho, com o crescimento do desemprego em 13,1% no primeiro trimestre de 2018. Ela lamentou o fato de que os trabalhadores negros continuem sendo as maiores vítimas do desemprego.



Genalio Magela/Agência Senado

### Lindbergh Farias critica queda de investimento em programas sociais

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a queda de investimentos em programas sociais. Segundo ele, o Programa Minha Casa, Minha Vida recebia, durante a gestão de Dilma Rousseff, repasses orçamentários superiores a R\$ 20 bilhões por ano, que caíram para R\$ 3,6 bilhões no ano passado.

O senador disse ainda que o desemprego voltou a crescer expressivamente em 2018 e citou números do IBGE: em dezembro, eram 12,3 milhões de desempregados; em março, 13,7 milhões.



Genalio Magela/Agência Senado

### Fátima afirma que trabalhadores perderam direitos

Fátima Bezerra (PT-RN), em menção ao 1º de Maio, criticou a perda de direitos dos trabalhadores no governo de Michel Temer. Ela afirmou que a promessa de geração de empregos, que motivou a aprovação da reforma trabalhista, revelou-se ineficaz e está transformando cidadãos em escravos modernos, com o trabalho intermitente e remunerado por hora.

— Aqueles que aprovaram as contrarreformas e compõem a base do governo são responsáveis pela tragédia social instalada no país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Wellington: Brasil não seria potência agrícola sem a Embrapa

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que o Brasil não seria a potência agrícola que é hoje se não fosse a Embrapa, que completa 45 anos. Para ele, a contribuição ao agronegócio, ao meio ambiente e à agricultura familiar ajudou o país a sair da monocultura para estar entre os maiores exportadores mundiais.

— A história nos indica que, sem a Embrapa, nosso país dificilmente teria transitado da monocultura do café para se transformar no maior exportador de soja, açúcar, suco de laranja, carne, frango.



Genalio Magela/Agência Senado



Samira, Sedlacek e Alexandra: é preciso fazer mais com menos energia

Fotos: Waldemir Barreto/Agência Senado